VOTO DE CONDENAÇÃO E PREOCUPAÇÃO N.º 272/XIII

PELA SITUAÇÃO DE INSTABILIDADE NA VENEZUELA

Nos últimos dias, assistimos a um agravamento dramático da situação política e social que se vive na Venezuela. O clima de instabilidade e insegurança, exacerbado pela recente tensão política e institucional, amplificou as consequências humanitárias graves para o povo venezuelano mas, também, para a vasta e activa comunidade portuguesa radicada na Venezuela.

Em pouco menos de 3 anos, a crise política e económica converteu-se numa crise humanitária, resultante da escassez de alimentos, da insuficiência de medicamentos e da suspensão do fornecimento de energia. A Venezuela que foi, no passado, sinónimo de progresso, bem-estar e esperança para muitos destes cidadãos nacionais, é, hoje, o seu contrário.

As imagens de violência e desordem que nos chegam, todos os dias, ganham uma dimensão e uma frequência alarmantes. Como tal, devem merecer a nossa atenção específica, pois são reveladoras da fragilidade da ordem política e social existente, que podem redundar numa deterioração gritante dos direitos humanos e numa indesejável regressão constitucional e democrática.

Há, seguramente, mais de 400 mil portugueses a residir e trabalhar quotidianamente na Venezuela. Não obstante ter sido, nos últimos meses, particularmente fustigada pelas condições precárias que resultaram da presente crise política e económica e pelos crimes violentos e graves cometidos por marginais, tem resistido, com especial coragem, ao medo e ao bloqueio social.

Neste contexto, a Assembleia da República:

1) Condena e expressa a sua preocupação pela situação política, económica e social na Venezuela, resultante da perturbação da ordem democrática, com consequências graves para o povo venezuelano e em particular para a comunidade portuguesa residente naquele país;
2) Associa-se às vozes que instam o regime venezuelano a instaurar um clima de confiança, diálogo e estabilidade e à reposição imediata da ordem constitucional e democrática naquele país;
3) Apela às autoridades da Venezuela para que, face à crise humanitária existente, permita que a ajuda internacional possa chegar com a máxima urgência às populações e autorize a concessão de acesso a diversas iniciativas internacionais em prol dos cidadãos.

Os Deputados,

Nuno Magalhães

Telmo Correia

Cecília Meireles

Helder Amaral